

# INFORMADS

Boletim Informativo Especial das Associações dos Docentes - Novembro/2018



## CONGELAMENTO SALARIAL

Governador Rui Costa (PT) não paga o reajuste salarial há três anos. Quase 300 mil servidores públicos, incluindo os aposentados, são atingidos.

PÁGINA 02.



## CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTARIOS

O ano de 2018 se aproxima do fim e a situação das contas da Universidades Estaduais da Bahia – Ueba é cada vez mais crítica.

PÁGINA 03.



## PESQUISA EM RISCO

Tanto na esfera estadual quanto federal a pesquisa científica está na mira dos governos. Na Bahia, a principal instituição pública de fomento à pesquisa enfrenta um cenário de corte orçamentário.

PÁGINA 04.



## NOVE MESES DE SILÊNCIO!

Há mais de 450 dias o Governo do Estado não se reúne com o movimento docente e mantém completo silêncio sobre a pauta de reivindicações 2018.

PÁGINA 04.



➤ **VEJA O QUANTO**  
**VOCÊ PERDEU**  
**EM TRÊS ANOS DE**  
**DE ARROCHO SALARIAL!**

Para que a categoria visualize o quanto o Estado tem usurpado seus direitos, o Fórum das ADS criou uma calculadora de perdas online que estima as perdas com o reajuste zero desde 2015. Acesse a calculadora e saiba o quanto você perdeu com o arrocho:  
<http://calculadora.forumdasads.com.br/>

# CONGELAMENTO SALARIAL PROFESSORES ENFRENTAM A MAIOR PERDA EM 20 ANOS

Governador Rui Costa (PT) não paga o reajuste salarial há três anos. Quase 300 mil servidores públicos, incluindo os aposentados, são atingidos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o prejuízo já representa a maior perda salarial dos últimos 20 anos para os professores das Universidades Estaduais Baianas.

**Esta também é a primeira vez, desde 1990, que os docentes amargam quatro anos de congelamento salarial.**

O estudo feito pelo Dieese se debruçou sobre as perdas acumuladas. De acordo a análise, para recompor as perdas do último período é necessário um reajuste de, no mínimo, 21,10%. O reajuste correspondente à inflação medida pelo IPCA-IBGE no período com as perdas, se multiplicando de um ano para o outro. Confira as tabelas.

Em maio deste ano, a Assembleia Legislativa da Bahia teve a oportunidade de votar um projeto de lei para o reajuste dos servidores. Contudo, a bancada de Rui Costa rejeitou a proposta justificando como inconstitucional e alegando violação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Apesar de a justificativa ter sido essa, os números e os estudos mostram o contrário.

Um recente estudo feito também pelo Dieese, solicitado pelo SINDSEFAZ, revelou que em 2017 o Governo da Bahia comprometeu apenas 43,06% da Receita Corrente Líquida (RCL) com a Despesa Total com Pessoal (DTP). O percentual revela uma queda nos gastos do governo com salários. A análise comprova, ainda, que o investimento para pessoal não ultrapassou o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 46,55%.

Enquanto o salário é corroído, aumentam os preços de itens essenciais à vida dos brasileiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas em 2017 os alimentos subiram 8,62%, remédios 12,50%, saúde e cuidados pessoais 11,04%. A prévia da inflação de 2018, divulgada em julho pelo instituto, revelou que gastos com alimentação, transporte e habitação também pressionam a inflação.



**Mobilização durante o Cortejo 2 de Julho.**  
Foto: Ascom Fórum das ADs

**TABELA 1**  
Salário real dos docentes das Universidades Estaduais da Bahia e reajuste necessário por período

Períodos	Salário Real	Perda/Ganho Real	Reajuste Necessário
Novembro de 1990 a dezembro de 1998	66,33	-33,67%	50,77%
Janeiro de 1999 a dezembro de 2002	90,62	-9,38%	10,35%
Janeiro de 2003 a dezembro de 2006	103,96	3,96%	-
Janeiro de 2007 a dezembro de 2010	102,32	2,32%	-
Janeiro de 2011 a dezembro 2014	114,51	14,51%	-
Janeiro de 2015 a dezembro 2017 <sup>1</sup>	87,87	-12,13%	13,81%

Fonte: SAEB, IPCA/IBGE

(1) – É preciso levar em consideração no cálculo do período Janeiro de 2015 a Dezembro de 2017 que, embora o reajuste de 6,41% tenha ocorrido ao longo de 2015, o mesmo se referia ao período de janeiro a dezembro de 2014. Contudo, seria incorreto não incluí-lo no período. No entanto, precisamos ter em conta que o mesmo não se refere ao ano de 2015. Sendo assim, para calcularmos o reajuste necessário em janeiro de 2018, na data-base, precisamos contabilizar a inflação acumulada de Janeiro de 2015 a Dezembro de 2017, desconsiderando o reajuste de 6,41%.

**TABELA 2**  
Salário real dos docentes das Universidades Estaduais da Bahia e reajuste necessário nas datas-bases de 2016 a 2018

Data-base	Salário Real	Perda/Ganho Real	Reajuste Necessário
2016	90,36	-9,64%	10,67%
2017	94,08	-5,92%	6,29%
2018	97,14	-2,86%	2,95%
<b>Total</b>	<b>82,58</b>	<b>-17,42%</b>	<b>21,10%</b>

Fonte: SAEB, IPCA-IBGE

Elaboração: DIEESE

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Salário real é o poder de compra no fim do período, considerando que no início do período era = 100

(2) A perda (ou ganho) salarial é quanto do poder de compra foi diminuído (ou ampliado) por efeito da inflação e dos reajustes.

(3) O reajuste necessário corresponde ao percentual que deve ser aplicado sobre o salário real para que ele volte a ser = 100.

**Tabela 1: Perdas salariais entre dezembro de 1990 e 2017.**

Fonte: Dieese

**Tabela 2: As perdas salariais e o reajuste necessário.**

Fonte: Dieese

## EXPEDIENTE

**Informativo do Fórum das Associações Docentes das Universidades Estaduais da Bahia**  
**Fórum das ADs – Seção Sindical do ANDES-SN**

**Coordenação Geral**  
Sérgio Barroso

**Grupo de Trabalho de Comunicação Fórum das ADs**  
José Luiz França (ADUSC), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS), Lilian Marinho (ADUNEB) e Sérgio Barroso (ADUSB)

**Textos e revisão**  
Priscila Costa  
Mtb 0005892/BA

**Fotos**  
Amini Dórea, Hallana Andrade, Karem Oliveira, Murilo Bereta e Priscila Costa.

**Charges**  
Rafael Balbuena

**Diagramação**  
Arte Rupestre

forumdasadsba@gmail.com  
www.forumdasadsba.org

**Fechamento da edição 22/10/2018**

# CONTINGENCIAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

## GOVERNO BAIANO BLOQUEIA ORÇAMENTO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

O ano de 2018 se aproxima do fim e a situação das contas das Universidades Estaduais da Bahia – Ueba é cada vez mais crítica. Além de aprovar, na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2018, um recurso aquém do necessário para as universidades, o governo não tem repassado às administrações o valor integral da cota orçamentária programada nas rubricas de manutenção e investimento. Por conta dessa prática, as instituições atravessam 2018 com um contingenciamento entre 30% e 40%.



### Situação geral

As informações dos contingenciamentos foram disponibilizadas através das pró-reitorias de Planejamento das instituições. Embora tenha variações, a redução orçamentária é uma constatação global. Na Uesb, mais de R\$ 11 milhões não foram repassados entre os meses de janeiro e agosto, o que significa uma redução de cerca de 30%.

Na Uneb as concessões liberadas para o custeio foram de 47,88% do previsto, enquanto para os investimentos foram de apenas 8,35% da previsão total. O problema ainda foi agravado na Uneb com o novo contingenciamento de julho, que deixou de repassar naquele mês mais 15,59% do valor de concessão orçamentária.

A Uefs também enfrenta uma situação similar. No mês de agosto, embora o orçamento destinado à instituição ter sido de R\$ 5,4 milhões para manutenção e investimento, a universidade só recebeu R\$ 3,7 milhões. De acordo aos cálculos da Adufs, a redução retira da Uefs R\$ 44,21 por minuto.

A Uesc, também começou o segundo semestre letivo sem itens básicos para funcionamento. Em resposta ao ofício da Adusc sobre o assunto, a reitoria respondeu em documento reconhecendo que, de fato, ocorre uma contenção nos repasses orçamentários da universidade, com variações entre 55% e 27%.

### O quanto já foi perdido em cortes

Apenas nos últimos quatro anos o governo Rui Costa cortou mais de 200 milhões no orçamento de custeio e investimento das quatro universidades estaduais. Isso é equivalente a quase um ano de orçamento das universidades.

**Ao todo, são quatro anos funcionando apenas com o orçamento suficiente pra três. Confira o gráfico**

Desde 2014 o governo estadual implementa uma política de cortes e contingenciamentos. Mesmo com o orçamento sendo determinado exclusivamente pelos poderes executivo e legislativo, é prática do governador Rui Costa influenciar de forma sistemática na liberação do orçamento aprovado, através de decretos de contingenciamento. Isto, além de ferir a autonomia universitária, inviabiliza o funcionamento das universidades. Ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil estão seriamente prejudicados.

Em declarações públicas, o governador justifica o problema orçamentário acusando as reitorias de má gestão, no entanto os números comprovam o contrário. Para reverter a situação, a reivindicação histórica do movimento docente é 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para a cota orçamentária destinada às Ueba. Os 7% correspondem, em números concretos, a R\$ 2.000.992.000,00.

### Cofre cheio

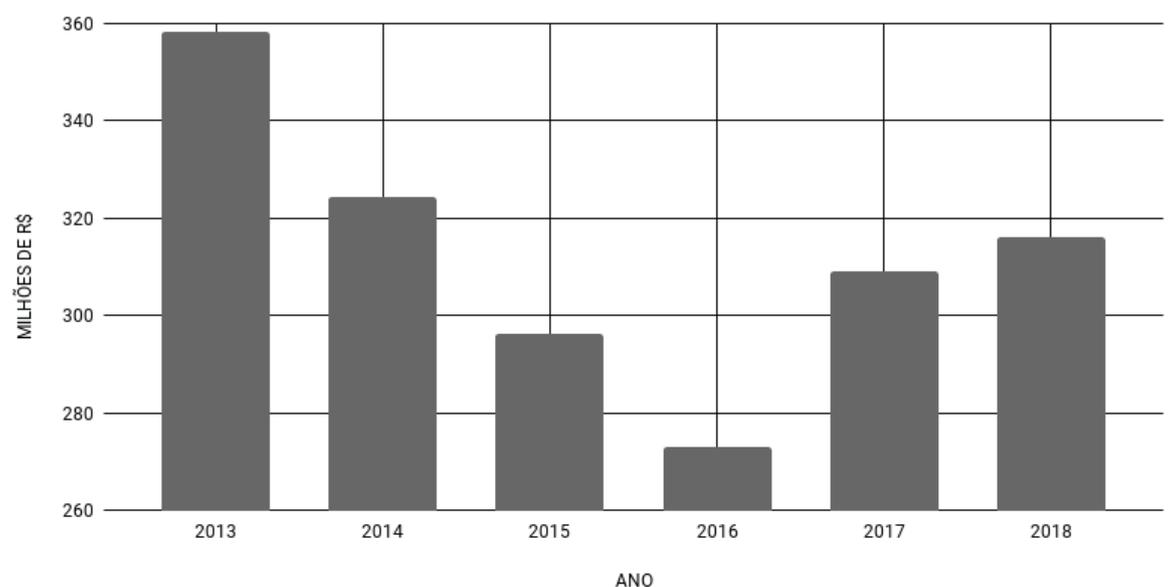
Apesar do discurso do governo de que os contingenciamentos são necessários devido à crise financeira e a necessidade de se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na prática, os números da economia da Bahia mostram boa saúde financeira. Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), evidenciam que o estado fechou 2017 com alta de 0,4% na economia.

Além disso, o relatório do Tribunal de Contas da Bahia (TCE) aponta que de 2015 a 2017 o Estado renunciou a R\$ 8 bilhões em impostos.

No mês de julho o Fórum das ADs reuniu-se com o Fórum de Reitores e, entre outras ações, propôs aos reitores uma nota conjunta sobre novos contingenciamentos orçamentários.

Mesmo reconhecendo a situação crítica das universidades, os representantes da administração central pediram tempo para avaliar a adesão das reitorias à proposta. Até hoje não houve retorno sobre o assunto.

ORÇAMENTO MANUTENÇÃO, CUSTEIO E INVESTIMENTO DAS UEBA (CORRIGIDO PELO INFLAÇÃO/IPCA)



Fonte: Adufb com informações da Secretaria de Educação do Estado da Bahia

# PESQUISA EM RISCO

## NÚMEROS COMPROVAM CORTES NA FAPESB



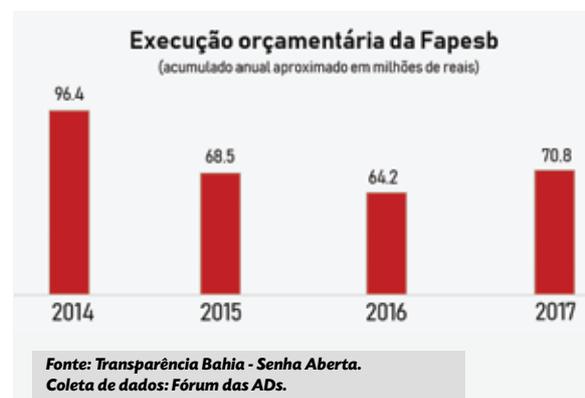
Tanto na esfera estadual quanto federal a pesquisa científica está na mira dos governos. Na Bahia, a principal instituição pública de fomento à pesquisa enfrenta um cenário de corte orçamentário. O valor de execução orçamentária da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) registrou uma queda de R\$ 96,4 milhões para R\$ 70,8 milhões entre 2014 e 2017. A redução representa um corte de cerca de 27% (R\$ 25,6 milhões) nesse período. Confira no gráfico 1.

Os dados foram levantados pelo Fórum das ADs com base nos números do portal oficial do Governo do Estado, no site Transparência Bahia. Além de deixar nítido

o corte, a análise também revelou que o governador Rui Costa (PT) realiza cortes no incentivo à pesquisa desde que a assumiu a gestão do Estado da Bahia, em 1 de janeiro de 2015

De acordo com o Artigo 5º da Lei Estadual nº 7.888/2001, é determinado que o governo repasse 1% da "Receita Tributária Líquida" para investimento na Fundação. No entanto, o que os números também comprovam é que, apesar da receita tributária do estado ter aumentado, o repasse para a Fapesb não acompanhou este aumento (confira o gráfico 2).

Cerca de 80% dos recursos da Fapesb são provenientes de repasses do Governo do Estado, o restante vem de parcerias internacionais e federais. Se for mantida a mesma razão de despesas por mês, executadas até junho de 2018, o orçamento deste ano fechará em R\$ 48,8 milhões, um corte significativo em relação a 2017.



### Reflexos do corte

Nas Universidades Estaduais da Bahia os impactos dos cortes já é uma realidade. Um exemplo disso é o que ocorre na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). Segundo o pró-reitor da instituição, Aristeu Vieira, em um levantamento feito com pesquisadores da Uefs, em maio de 2017, foi detectado que R\$ 5,2 milhões em projetos de pesquisa aprovados desde 2014 não tinham sido repassados pela Fapesb. Exemplos similares ocorrem nas demais universidades.

O Fórum das ADs entrou em contato telefônico com a assessoria de imprensa da Fapesb e indagou a respeito do corte no orçamento da instituição. A assessoria informou que, nesse momento, o setor não tem autorização das esferas superiores para fazer nenhum



# NOVE MESES DE SILÊNCIO DO "GOVERNO CORRERIA"

Há mais de 450 dias o Governo do Estado não se reúne com o movimento docente e mantém completo silêncio sobre a pauta de reivindicações 2018. O documento com as urgências das Universidades Estaduais foi protocolado no dia 18 de dezembro de 2017. Desde então, mesmo com os (as) docentes tentando dialogar através de ações públicas e envios de novos documentos, o governador Rui Costa (PT) corre da negociação e mantém completo silêncio frente às urgências da educação pública baiana.

A última vez que o governo reuniu-se com o movimento docente foi em setembro de 2017. Mesmo assim, não apresentou nenhuma proposta em relação à pauta de reivindicações. A Assembleia Legislativa da Bahia também se mantém omissa. Desde de julho do ano passado, as Associações Docentes tentam agendar uma ampla audiência pública sobre "Os desafios do ensino superior da Bahia", na Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos. Até hoje o espaço não foi marcado, mesmo com o ofício de solicitação entregue diversas vezes, inclusive à presidente da comissão. Enquanto isso os problemas só se acumulam. O funcionalismo público do Estado amarga perdas salariais. Além do reajuste, o governo também não respeita os direitos trabalhistas.

Nas universidades estaduais, mesmo com as vitórias do movimento docente garantindo direitos, ainda há professores nas filas de promoção, progressão e mudança de regime de trabalho. O estrangulamento orçamentário também é um grande problema. Como resposta ao descaso, atualmente os (as) docentes das quatro universidades estão com indicativo de greve aprovado.



Entrega da pauta na cerimônia de posse da reitoria da Uesb no campus de Vitória da Conquista. (15/06/2018)



Professores (as) entregam à presidente da Comissão de Educação documento com solicitação de audiência pública sobre "Os desafios do ensino superior da Bahia" (26/03/2018)



Fórum das ADs protocola novos documentos na Governadoria e nas Secretarias de Educação (SEC) e Administração (Saeb). (15/05/2018)